PROJETO

JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Polícia e juventude

02

Novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens

Realização:

Parceria estratégica:

Sumário

O que é esta cartilha?..... 2

Juventude e prevenção da violência 4

Por onde começar? 7

Conceitos importantes 12

Como fazer? 20

Saiba mais 36

Créditos e Ficha técnica 38

O que é esta cartilha?

O envolvimento dos jovens brasileiros com a violência e, sobretudo, com a violência letal, é um problema grave, urgente e complexo. Aqueles que atuam no campo da segurança pública ou em áreas relacionadas à juventude se veem diante de muitos desafios, inúmeras perguntas e poucas respostas para enfrentar essa questão.

As soluções, de fato, não são simples. Mas há caminhos, e eles vêm sendo construídos, em todo o país, por pesquisadores, estudiosos, gestores do setor público e de projetos sociais, e jovens que se dedicam a entender a fundo o problema, formular e desenvolver ações inovadoras e eficazes.

Esta cartilha reúne conhecimentos teóricos e práticos para orientar e inspirar a realização de projetos de prevenção da violência entre jovens. Mais do que apontar receitas

e fórmulas replicáveis, este material pretende oferecer novos pontos de reflexão, sugerir perspectivas e modos de fazer compatíveis com o princípio de que segurança pública se faz com informação, integração e, acima de tudo, pautada pela garantia dos direitos dos cidadãos.

Produzida pela equipe do Instituto Sou da Paz, a cartilha faz parte do projeto *Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação*, uma iniciativa do Ministério da Justiça (no âmbito das ações do PRONASCI , o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) que visa identificar, conhecer e promover estratégias de prevenção da violência entre adolescentes e jovens em todo o território nacional.

O Sou da Paz, parceiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Ilanud nesta empreitada, elaborou cinco cartilhas, que tratam dos seguintes temas: escola; polícia e juventude; cidade e espaços públicos; cultura de paz; e capacitação de gestores sobre juventude e prevenção da violência.

Cada cartilha foi produzida com o apoio de especialistas e apresenta experiências desenvolvidas em diversas regiões do país, além de uma seção (Saiba mais) com referências para se aprofundar nas discussões levantadas.

Esperamos, com estas cartilhas, contribuir para ampliar as iniciativas que buscam preservar a vida e a segurança da juventude.

Boa leitura!

Quais os Caminhos para Desenvolver Ações de Prevenção da Violência Entre Jovens?

Desde a década de 1990, vem ocorrendo no Brasil um fenômeno demográfico conhecido como "onda jovem". Cerca de 26% da população se encontra na faixa de 15 a 29 anos – é o maior contingente jovem em toda a história do país, o que poderia representar um fenômeno extremamente positivo. Contudo, os jovens são o grupo mais afetado pela violência. A exposição da juventude brasileira à violência significa que os jovens são as maiores vítimas e também os mais frequentes autores dos homicídios, além de estarem envolvidos na prática de outros crimes, o que aponta a necessidade de políticas públicas direcionadas a esse segmento.

Para construir tais políticas, é essencial superar as concepções que têm polarizado, nas últimas décadas, o debate sobre o enfrentamento da violência no Brasil. De maneira resumida, há uma divisão entre aqueles que entendem a violência não como um problema em si, mas como resultado das mazelas sociais – e, portanto, que sua solução dependeria exclusivamente da resolução desses problemas –, e aqueles que veem na violência uma manifestação do descontrole e do desrespeito à ordem, sendo por isso um problema exclusivo do aparato repressor do Estado.

Assim estabelecido, o debate possibilitou que setores mais progressistas e ligados às causas sociais se distanciassem da construção de uma agenda de segurança pública. Em contrapartida, ganhou força, entre a opinião pública e setores mais conservadores, a valorização de políticas com foco exclusivo na repressão, ou seja, nas respostas do Estado aos atos criminais. Na prática, isso significou a defesa de políticas de encarceramento, de penas mais duras e de uma ação mais vigorosa por parte da polícia. Segundo essa concepção, até mesmo os pro-

1. Vale apontar que esse não é um fenômeno exclusivo do Brasil; em todo o mundo, os jovens são o grupo mais envolvido com a violência, seja como vítima, seja como autor.

jetos sociais, esportivos ou culturais teriam sua função limitada a manter a juventude "ocupada e afastada das ruas", como se todos os jovens representassem um perigo potencial.

A tarefa de promover a segurança pública deixa de ser voltada para a defesa do Estado e volta-se para o cidadão.

Esse modelo, que norteou as discussões e as políticas de redução do envolvimento dos jovens com a violência, não tem funcionado. Além de não ser eficaz na melhoria dos índices criminais, representou, muitas vezes, uma afronta aos princípios democráticos e só aumentou a distância entre a população e os formuladores e executores de políticas de segurança. Por isso, desde o final da década de 1990, tem se desenvolvido uma nova concepção, que busca apontar outros caminhos para dar conta dos desafios existentes e vem se consolidando como o *novo paradigma da segurança pública*.

E o que traz de novo esse paradigma? Um de seus pressupostos é o de que segurança pública é um direito dos cidadãos e responsabilidade de todos. A tarefa de promover a segurança pública deixa de ser voltada para a defesa do Estado (e, portanto, do combate àqueles que o afrontam) e volta-se para o cidadão. Além disso, abre-se o leque dos atores responsáveis pela formulação e pela execução das políticas nesse campo, deixando de se limitar à polícia e aos órgãos do sistema de justiça criminal. E abrem-se perspectivas de participação das organizações não governamentais e dos cidadãos.

Outro ponto crucial ao novo paradigma é a ideia de que as ações de repressão são necessárias, porém o combate à violência será mais eficaz quanto mais houver a combinação de estratégias de prevenção. E nesse sentido, mais do que a simples junção de ações de cunho social (que em tese teriam caráter preventivo) com ações repressivas orientadas pelo modelo anterior, é preciso qualificar as ações tanto no campo da repressão quanto no da prevenção.

Em relação ao trabalho repressivo, deve-se investir em ações pautadas pela inteligência e pela legalidade; em relação à prevenção, é preciso superar a ideia de que qualquer ação que busque combater a exclusão social e garantir o acesso a direitos é uma ação que previne a violência. Um projeto cultural, esportivo ou educacional para jovens de determinada comunidade não pode ser considerado de prevenção da violência pelo simples fato de ser realizado em uma comunidade com altos índices de homicídios ou porque a atividade "ocupa o jovem e o afasta da criminalidade". O projeto deve existir porque a cultura, o esporte ou a educação são importantes para sua formação e são direitos garantidos a todos os jovens, independentemente de sua origem social.

Diferenciar as iniciativas de garantia de direitos dos projetos que têm intenção e foco na prevenção da violência é essencial, inclusive para medir o impacto e a eficácia das ações. É provável que, ao serem realizadas em territórios afetados pela violência (na maioria dos casos, comunidades marcadas por altos índices de exclusão social), as ações sociais tenham um impacto no envolvimento de grupos vulneráveis à violência. Mas se o projeto não tem a clara intenção de interferir nas dinâmicas da violência, nos fatores que levam o jovem a se envolver, esse será um "efeito colateral".

Mas como fazer tal distinção? Um primeiro passo é escapar do senso comum e de concepções que associam automaticamente exclusão a violência e juventude a situação de risco. Além disso, é preciso realizar um diagnóstico da realidade local, que contemple informações sobre os autores, as vítimas e as condições em que acontecem as manifestações de violência: o que está por trás das brigas, o que potencializa homicídios, quais as características comuns aos jovens envolvidos? Com base nessas informações, é possível planejar ações que atuem diretamente nas causas e dinâmicas da violência.

Não é um caminho fácil nem existem respostas prontas, soluções mágicas, ou medidas que vão, sozinhas, dar conta do problema. Mas quanto mais associadas a um diagnóstico e quanto mais forem pensadas e trabalhadas de forma integrada com outras estratégias, mais eficazes serão. Esse é um caminho que acreditamos ser possível e que pretendemos incentivar com estas cartilhas.

Por onde começar?

Polícia, Juventude e Prevenção da Violência

Desde que a segurança pública passou a fazer parte da agenda nacional, ocupando o debate público e envolvendo diversos grupos na busca de soluções para o problema da violência no Brasil, muito se avançou nessa área. Novos modelos de gestão vêm sendo pensados e colocados em prática, superando a concepção tradicional de que segurança pública é um assunto exclusivo das forças de repressão. Mesmo no campo da repressão, as polícias vêm rediscutindo seu papel e suas práticas, buscando um trabalho mais eficiente e próximo dos cidadãos. É possível perceber muitos avanços, com diversas ações e programas sendo desenvolvidos de forma institucionalizada nas corporações ou ainda em pequena escala. A adoção do policiamento comunitário, estratégias pontuais para conhecer os moradores de certa região, formações específicas para guardas e policiais lidarem com determinados públicos, são alguns dos exemplos.

Você sabia?

Em 2009, pela primeira vez uma conferência nacional reuniu gestores públicos da área da segurança, forças policiais e a sociedade civil, que debateram e propuseram juntos diretrizes para a política de segurança pública no país, revelando a mobilização nacional sobre o tema e a inclusão de novos atores no debate e na concepção das políticas.

Participaram da etapa nacional, em Brasília, cerca de três mil pessoas, que definiram 10 princípios e 40 diretrizes para nortear uma política de segurança pública para o Brasil.

Leia mais:

http://www.conseg.gov.br/

No entanto, pouco se tem avançado no que diz respeito à aproximação dos profissionais de segurança pública com a juventude. A relação entre esses dois grupos é muitas vezes conflituosa e marcada por estereótipos. De um lado os agentes de segurança têm dificuldade em compreender o universo, a linguagem e as especificidades da juventude e superar os estereótipos que recaem sobre esse grupo, justamente o mais afetado e envolvido com a violência. De outro, os jovens e os profissionais que trabalham com a juventude têm uma visão das policiais e guardas como agentes que, em nome da preservação da ordem, cometem abusos e transgridem a lei, inviabilizando qualquer possibilidade de contato e integração. Esse é de fato um comportamento inadmissível, mas é preciso ponderar se todos os profissionais agem dessa forma e reconhecer os avanços que têm sido realizados para mudar o modo de agir dos profissionais de segurança.

O que Afasta Polícia e Juventude?

É comum os jovens declararem descrença e repúdio em relação à polícia. Isso pode ser explicado em parte por questões objetivas: uma pesquisa recente realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (no âmbito deste projeto *Prevenção da Violência entre Adolescentes Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação*), aponta que 28% dos jovens entrevistados disseram já ter presenciado violência policial. Além disso, podemos dizer que está disseminada em toda a sociedade uma visão negativa sobre a polícia, e a juventude acaba reproduzindo essa visão.

Você sabia?

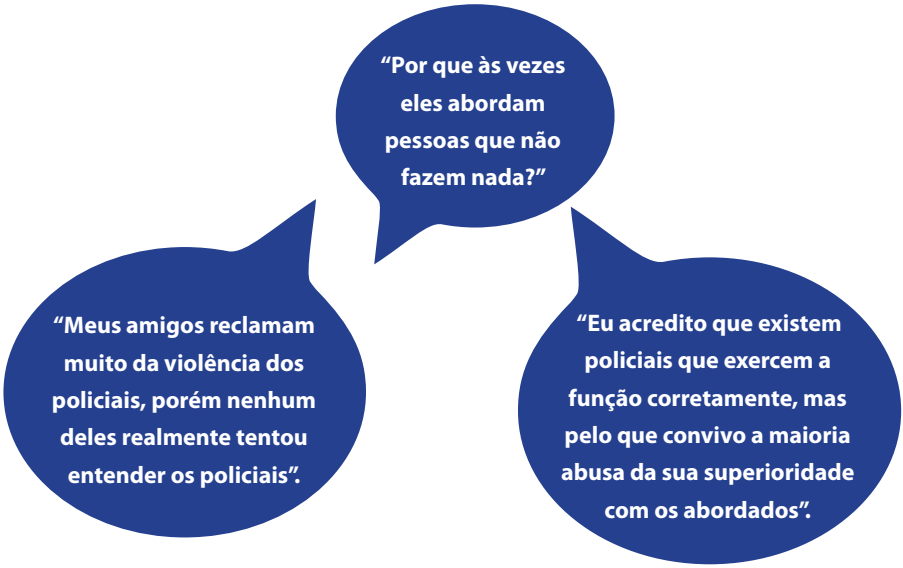
Nos últimos 12 meses, você viu policiais intimidando ou agredindo pessoas?

Não, nunca – 61,1%

Algumas vezes – 28%

Sempre – 10,9%

O resultado é parte da pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2009 sobre juventude e exposição à violência. Responderam a esta pergunta 4.872 jovens, em 31 municípios de 13 estados brasileiros.



Falas extraídas de questionários aplicados a jovens e educadores de projetos e ações do Instituto Sou da Paz, moradores da Brasilândia, Campo Limpo e Jardim Ângela (São Paulo).

Os agentes policiais, por sua vez, também acabam reproduzindo conceitos, preconceitos e visões da sociedade, e, assim, têm dificuldade de enxergar no jovem um cidadão de direitos. Com isso, acabam por tratá-lo como um violador de deveres, um suspeito em potencial que vai desrespeitar a corporação e perturbar a ordem pública. O jovem é ainda mais estigmatizado se for morador de uma comunidade com altos índices de criminalidade. Apesar de poucos moradores se envolverem com as atividades ilícitas, esse quadro reforça o estigma social, inclusive para os policiais.

Essa situação é resultado de uma série de fatores, a começar pela própria dinâmica da violência no Brasil. Os jovens são as principais vítimas de violência letal no país. Segundo o Mapa da Violência 10, que reúne dados do DATASUS, em 2007 os jovens de 15 a 29 anos representaram 54,7% do total das 47.707 vítimas de homicídios no Brasil – apesar de representarem somente 26,5% da população brasileira naquele ano. Esse é um dado que alarma

não só pela sua grandeza, como também porque a juventude é justamente a fase de maior desenvolvimento, energia, criatividade e produtividade de uma pessoa.

Os jovens também são, atualmente, os principais autores da violência – letal e não letal – no país, o que faz que estejam mais expostos a se envolver em confrontos com a polícia. Aqui, vale pontuar que nem todo jovem está de fato envolvido em atividades ilícitas, criminosas e violentas, mas para a sociedade o estigma do jovem (sobretudo o jovem pobre, negro, morador de uma comunidade periférica) como criminoso em potencial ainda é recorrente.

A desconfiança estabelecida entre agentes policiais e jovens dificulta uma aproximação sem violência ou conflitos. A partir do momento em que eles se veem como ameaças recíprocas, inviabiliza-se o estreitamento, a aproximação e a humanização das relações, dando lugar ao estereótipo que é consolidado por parte tanto dos jovens quanto dos agentes de segurança pública.

Outro ponto que dificulta a relação entre a juventude e as forças de segurança é o fato de que, em nosso país, a polícia se constituiu como um órgão distante da sociedade, e a tradição de pouca participação dos cidadãos na discussão sobre políticas públicas também se repete no campo da segurança. Assim, a população – e em especial os jovens – participa pouco do debate sobre que polícia queremos, deixando exclusivamente para as instituições policiais a responsabilidade de definir seu papel e as premissas que norteiam sua atuação.

Para Silvia Ramos, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC), o preconceito gera reações em cadeia. Se, por um lado, os agentes do Estado tendem a formar um estereótipo do criminoso (cuja imagem corresponde ao jovem negro, com boné, correntes e roupas largas, morador de periferia), as comunidades pobres constroem um conceito negativo e generalizado da polícia, vinculando a farda à violência. E a desconfiança mútua alimenta ainda mais os conflitos e afasta os policiais dos moradores, quando, na verdade, eles poderiam – e deveriam – ser parceiros.

Nesse contexto, tendo a juventude no centro da violência e a polícia responsável por reduzir a criminalidade, como é possível transformar a relação entre os dois grupos? Em primeiro lugar, devemos considerar que um dos fatores da violência urbana é a quebra da

confiança entre a comunidade e os agentes de segurança, que passam a ser vistos como atores que contribuem para aumentar a sensação de insegurança, em vez de reduzi-la. Se o principal instrumento de trabalho das polícias é a informação, sem uma boa relação com a comunidade, pautada pelo respeito mútuo, seu trabalho fica prejudicado.

- Assim, é preciso restaurar a confiança entre jovens e policiais, fazendo com que ambos possam compreender o universo do outro, para romper preconceitos e comportamentos violentos de ambas as partes. Não existem fórmulas para conseguir essa aproximação, mas há caminhos. Um primeiro passo é uma mudança de comportamentos, atitudes e olhares. E devem fazer parte dessa mudança não só policiais, guardas e jovens, como também todos os profissionais que atuam com a juventude, pois são pessoas-chave para mediar essa relação.

- É importante também pensar em projetos que possibilitem a abertura de canais para o diálogo. As iniciativas devem estar pautadas na redução da hostilidade e da discriminação mútua, bem como na ampliação do conhecimento da juventude sobre o trabalho policial e suas dificuldades, permitindo assim a criação de uma nova imagem e atitude, tanto da polícia quanto do jovem.

Ao se pensar em estratégias de prevenção da violência entre jovens com o envolvimento das forças de segurança, duas perspectivas se colocam:

- estimular que policiais e guardas conheçam, se aproximem, interajam e desenvolvam ações específicas com jovens – seja repensando suas próprias ações e atitudes, seja se inspirando em experiências implementadas em outras regiões;

- suscitar entre aqueles que trabalham com os jovens uma discussão sobre como transformar a relação entre os grupos e, mais ainda, como participar da construção de um novo tipo de policiamento e envolver a juventude nesse processo.

Esta cartilha pretende trazer subsídios para esses dois caminhos, combinando recomendações conceituais e práticas baseadas em experiências concretas. Esperamos, assim, contribuir para que uma nova relação se estabeleça.

Conceitos importantes

Conhecendo a Polícia e a Juventude

Para desconstruir os estigmas que ainda pesam sobre a juventude e a polícia, é preciso conhecer esses grupos. Aqui, eles serão apresentados a partir de uma perspectiva histórica e social.

De Onde Vem e o Que Faz a Polícia?

No Brasil, a Constituição Federal estabelece que a segurança pública é direito dos cidadãos e responsabilidade de todos. Os desafios exigem esforços governamentais coordenados em todos os âmbitos: federal, estadual e municipal, com uma diversidade de atores que trabalham para enfrentar a violência. A polícia é, para a população, o órgão mais conhecido e mais visível nesse sistema.

Ao olhar historicamente para a criação do agente público de segurança, é possível notar que a polícia surge com a intenção de manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade e a segurança individual. Quando as primeiras estruturas policiais foram montadas, não se imaginava que a polícia deveria ter como missão exclusiva, ou mesmo fundamental, o combate ao crime.

O trabalho policial foi estruturado com base em vínculos bastante próximos dos cidadãos: as "rondas policiais" eram feitas a pé por patrulheiros conhecidos pela comunidade e com os quais ela interagia. Os postos policiais, por sua vez, reforçavam as rondas oferecendo apoio logístico aos agentes e eram centros de referência para as comunidades e para os próprios policiais. Portanto, nas origens do policiamento moderno há

uma significativa identidade entre os policiais e as pessoas que seriam beneficiadas pelo seu trabalho.

Com o avanço tecnológico e a inserção de instrumentos como o carro de patrulha, o telefone e o rádio de comunicação, a principal característica da atividade policial passou a ser a de responder às ocorrências criminais após a comunicação do fato pelas vítimas ou por testemunhas.

Os policiais deixaram de ser recrutados com base em seus vínculos comunitários, marcando o afastamento entre policiais e as comunidades. Surgiu, então, o modelo no qual o enfoque do trabalho policial deveria prever esforços para a modernização e a racionalização com o emprego de tecnologias e, também, a necessidade de formatar as organizações policiais de maneira a torná-las mais propícias à supervisão e ao controle necessário para evitar corrupções.

No Brasil, as polícias passaram por diversas mudanças, até chegar ao modelo que vigora hoje: cada estado tem a sua polícia, geralmente separada em duas – a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Isso quer dizer que, em vez de uma única instituição policial desempenhar as funções de investigação e policiamento ostensivo, as forças policiais estão divididas em duas, que devem operar, portanto, em caráter de cooperação para controlar a criminalidade.

Você sabia?

Polícia Militar
Realiza o policiamento ostensivo uniformizado. É a polícia "do antes e do durante" que vemos diariamente nas ruas.
Função: Tem caráter essencialmente preventivo, partindo do pressuposto de que sua presença ostensiva inibe as ações criminais e de desordem pública.
Onde pode ser encontrada? Nas ruas, no patrulhamento em viaturas, durante uma abordagem ou quando temos algum problema e a acionamos pelo telefone (190).

Polícia Civil
Chamada Polícia Judiciária por atuar depois do evento ocorrido, no registro e na investigação dos crimes cometidos.
Função: Por definição, repressiva, pois opera no pós-fato, sobre as consequências das ações em sua investigação.
Onde pode ser encontrada? Nas delegacias e na investigação de crimes.

Nas décadas de 1970 e 1980, em razão do regime ditatorial que vigorava no Brasil, as políticas de segurança pública foram construídas com base na garantia da segurança nacional (e não na segurança dos cidadãos). Nessa lógica, os criminosos eram vistos como inimigos do Estado. Para responder à criminalidade, o Estado era, então, extremamente repressor, "mão dura", e as forças policiais agiam com bastante truculência e muitas vezes abusando de seus poderes, como uma estratégia para reprimir e desestimular a população a cometer crimes.

Isso se refletiu em uma concepção de que o trabalho de polícia "de verdade" é a captura de criminosos perigosos, o enfrentamento armado com bandidos, tiroteios e perseguição de carro com sirenes ligadas nas ruas da cidade. A participação da mídia e dos filmes nessa construção da imagem da polícia é bastante significativa e consolidou uma imagem do policial combatente que foi disseminada pelas décadas seguintes. Com isso, não só a população tem essa visão como muitas vezes os próprios policiais acreditam que somente são importantes as ocorrências "criminais", especialmente as de combate ao crime organizado, as operações de enfrentamento de traficantes e a prisão de criminosos conhecidos.

Esse modelo, que enfraqueceu as estratégias de prevenção, não trouxe resultados positivos para a segurança pública e só fez aumentar a distância entre a polícia e a população.

Com o reconhecimento de que era preciso repensar a gestão da segurança pública, vêm acontecendo mudanças na concepção de polícia nos últimos anos. Ganhou força a ideia de que o enfrentamento da criminalidade deve investir também em ações preventivas e, para que a prevenção seja eficaz, a polícia deve buscar o apoio da população, pois é ela que mais conhece os principais problemas e características de sua comunidade. Sem saber onde e como os crimes ocorrem, o alcance da atividade policial diminui significativamente. Assim, faz parte da rotina de um policial estabelecer laços com a população e acumular conhecimentos sobre sua área de trabalho, sendo a informação sua principal ferramenta de trabalho.

O modelo de policiamento comunitário, originário do Canadá, parte do princípio de que a polícia e a comunidade precisam trabalhar juntas na prevenção da criminalidade e da violência. Esse modelo exige uma nova maneira de pensar o conceito da atividade policial, obrigando o agente a conhecer a área em que atua, as pessoas que nela vivem, quais os crimes que mais ocorrem e qual a relação desses crimes com as condições sociais da população.

Baseando-se em modelos internacionais bem-sucedidos, como o canadense e o japonês, a Polícia Militar do Estado de São Paulo implementou, em 1997, o modelo de Policiamento Comunitário que atualmente está difundido em todo o país. Desse modo, a polícia deixou de simplesmente reagir aos eventos criminosos e passou a mobilizar os seus recursos e esforços na busca de respostas preventivas para os problemas.

O policiamento comunitário tem gerado experiências pontuais muito positivas, possibilitando a construção de novos laços e a redução nos índices de criminalidade. O Brasil é, hoje, disseminador do policiamento comunitário para vários países da América do Sul.

Você sabia?

Atualmente, a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) oferece o Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, para policiais militares e civis, bombeiros e guardas municipais.

Entretanto, este modelo de policiamento pode trazer resultados melhores se tanto a polícia quanto a sociedade superarem as concepções tradicionais do que é um trabalho policial.

Ainda há uma prevalência de que a prevenção do crime e da violência deve ser executada unicamente pelos setores responsáveis por políticas sociais, econômicas e culturais e não pelas áreas de segurança pública.

Outro ponto no qual a polícia precisa avançar é a melhoria de sua imagem junto à população, fortalecendo a divulgação de boas práticas de enfrentamento da violência e ações de controle e punição dos maus policiais.

Finalmente, vale dizer que os pontos apresentados não são de responsabilidade apenas das instituições policiais, mas de toda a sociedade. Todos devem participar da construção de uma nova polícia, afinal a polícia não é alheia à sociedade, ela é reflexo do contexto social em que está inserida.

Você sabia?

Guarda Municipal

Nos últimos anos, o município passou a ter um maior destaque nos debates sobre segurança pública e prevenção da violência por se tratar da instância governamental mais próxima dos cidadãos. Esse cenário abriu a possibilidade de fortalecer a Guarda Municipal, que tem como principal função, determinada na Constituição, a proteção aos bens e equipamentos públicos. Por isso, a Guarda está sempre nas ruas e tem uma vocação para realizar um trabalho de proximidade e proteção à população.

Vale assistir!

Segurança Pública: Quem nos protege?
A série do programa Nota 10, do canal Futura, trata da segurança pública, em cinco episódios: 1º episódio: *Abordagem Policial*; 2º episódio: *Quem é o Policial Brasileiro?*; 3º episódio: *Diversidade de Funções Desempenhadas por Policiais Civis e Militares*; 4º episódio: *Juventude e Polícia*; 5º episódio: *Segurança, o Que Eu Tenho a Ver com Isso?*

Quem é e o Que Quer a Juventude?

Uma explicação genérica para que se possa compreender quem é o jovem é classificá-lo em faixas etárias, situando-o, segundo a Secretaria Nacional de Juventude, entre 15 e 29 anos. Essa faixa etária é marcada pelo desenvolvimento do jovem e uma série de experimentações que ajudam a definir sua identidade e seus valores. É um período de inserção social rumo à vida adulta. Porém, não basta olhar a juventude somente do ponto de vista da faixa etária e do seu desenvolvimento pessoal. É preciso olhá-la como um grupo social que não é homogêneo, pelo contrário, a diversidade é uma de suas marcas.

O termo juventude, aliás, é bastante recente: começou a ser usado no início do século XX, e recebeu ao longo do tempo enfoques diferentes relacionados à posição que os jovens ocupavam na sociedade.

A juventude não é um grupo homogêneo: a diversidade é uma de suas marcas.

No Brasil, até a década de 1970 eram considerados efetivamente "jovens" (como condição social, para além da definição meramente etária) os indivíduos das classes média e alta, caracterizados principalmente por sua

condição de estudantes. Os jovens das classes populares, tendo de trabalhar e interromper os estudos muito cedo, ou a eles nem tendo acesso, ficavam excluídos dessa categoria.

Ao longo da década de 1980, por conta de todos os movimentos e manifestações que surgiram contra o regime ditatorial no país, nota-se uma tendência de criminalização da juventude, que muitas vezes estava envolvida nas manifestações e na luta pela democracia, como se os jovens fossem "arruaceiros", aumentando a tensão entre eles e os policiais.

O período de redemocratização do Brasil trouxe a promulgação de uma nova legislação (que viria acompanhar a também nova Constituição Federal de 1988). Surgiu então o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), procurando estabelecer direitos e deveres para parte desse grupo. O ECA ajudou a inaugurar uma nova representação social da criança e do adolescente, e os toma como sujeitos de direitos, não os categorizando como pobres, ricos, pretos, brancos, abandonados ou quaisquer outras classificações discriminatórias.

Mas se houve avanços na legislação sobre crianças e adolescentes, a juventude ainda não dispõe nem de legislação, nem de políticas específicas, apesar de constituir mais de um quarto do total da população brasileira.

Atualmente, podemos dizer que vigoram na sociedade duas concepções sobre a juventude:

O jovem como uma ameaça, um risco à estabilidade social, ou um problema social, sobretudo quando se pensa naqueles em situação de exclusão.

Porém, é preciso olhar para alguns fatores que influenciam esses comportamentos tidos como de "risco" ou "ameaçadores". Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) sobre as políticas para a juventude no Brasil, o que se denomina "comportamento de risco" muitas vezes é a expressão de decisões que foram tomadas pelo jovem na urgência de se afirmar, consolidar o próprio valor e construir uma identidade. E isso pode acontecer de forma violenta, na medida em que essa é a maneira muitas vezes aceita e legitimada pela sociedade para a solução de conflitos ou a conquista de respeito.

Correr riscos, experimentar, faz parte da construção da identidade dos jovens.

A concepção que relaciona juventude a perigo, risco ou ameaça, traz retrocessos para o desenvolvimento dos jovens e, mais ainda, para a construção de políticas que garantam o acesso pleno a direitos. É preciso avançar e entender a juventude como uma fase na qual a experimentação é vivida mais intensamente, incluindo a busca por novas possibilidades de inserção na vida social, política, econômica e cultural. Isso significa que "correr riscos", experimentar, faz parte da construção da identidade do jovem.

O jovem como um sujeito de direitos, catalisador da mudança social.

Por isso, o jovem não deve ser visto somente por suas incompletudes e desvios, mas sim como sujeito de direitos, com especificidades, potencialidades e carências legítimas. Entre elas, sua necessidade de obter reconhecimento, de pertencer a um grupo com o qual possa compartilhar os mesmos sentimentos e objetivos, ser tratado com dignidade e respeito, ser valorizado como pessoa por suas competências e ações positivas.

Os jovens têm alto poder criativo para superar problemas e historicamente estiveram envolvidos em ações transformadoras por todo o mundo. Assim, essa fase crucial na vida dos cidadãos deve ser vista muito mais como uma oportunidade de construção de identidades positivas do que como um risco de desvios e envolvimento com a violência.

Como fazer?

A Aproximação entre Polícia e Juventude

Polícia e juventude, como vimos, são grupos marcados por estereótipos que não levam em conta nem sua diversidade nem a complexidade de contextos nos quais estão inseridos. Policiais, guardas e jovens constituem grupos antagônicos, mas quando acontece uma aproximação sem hostilidade percebe-se que partilham mais identificações do que se supunha. Não só a origem frequentemente comum vem à tona –por vezes eles vivem nos mesmos bairros – como a vivência da discriminação é compartilhada. Com isso podemos apostar em um caminho para estabelecer um diálogo, desde que a dificuldade na relação não seja encarada como responsabilidade de apenas um dos lados, e que se tenha em mente que muitas vezes será necessária a intervenção de uma terceira pessoa para ajudar a romper as barreiras.

Estimular esta aproximação significa incentivar uma relação de mão dupla: de um lado, os agentes de segurança devem repensar como tratam a relação com a juventude, seja em momentos pontuais, como uma abordagem, seja no cotidiano, nas escolas e na comunidade; de outro, é preciso que a juventude se aproxime destes profissionais. A seguir, apresentaremos algumas perspectivas.

Quando a Polícia Encontra a Juventude...

Os jovens constituem quase um terço da população brasileira, chegam a ser a maioria dos moradores em determinadas regiões periféricas e são quem mais ocupa os espaços públicos. Ou seja, as situações de encontro entre a polícia e a juventude são muitas e aqui trataremos especificamente da abordagem policial, da atuação em escolas e na comunidade. É importante que esses momentos de encontro sejam previstos e planejados pela polícia para evitar que haja

hostilidade entre os dois públicos. Mais do que isso, tais momentos podem ser vistos como uma oportunidade para criar uma nova relação, muito mais benéfica para ambos os lados.

Abordagem Policial

Quando o assunto é abordagem, sempre está presente uma tensão entre a sociedade e a polícia. Mesmo sendo um procedimento corriqueiro, considerado essencial na prevenção e na repressão do crime e previsto por lei, a abordagem não é bem vista pela população, que muitas vezes se sente humilhada, exposta e associa o procedimento a experiências de violência e ameaça.

A abordagem policial é o primeiro e, talvez, o principal encontro entre a polícia e a população. Tem como peculiaridade o fato de não depender da escolha do cidadão, ao contrário da decisão de registrar uma ocorrência ou de acionar a polícia para resolver um problema.

É realizada quando algum indivíduo ou veículo é considerado suspeito pela polícia. Nessa situação, de um lado está o cidadão, que não se sente bem em ser considerado um "elemento suspeito", e do outro lado está o policial, que pode se ferir ou até mesmo morrer caso o cidadão abordado esteja armado e resolva reagir.

É importante destacar que, antes de abordar alguém na rua, o policial não sabe se a pessoa é criminosa ou não e a maior parte das vezes não é. A pessoa selecionada para passar pela revista deve despertar suspeita no policial.

Em tese, qualquer cidadão ou cidadã que circule pelas ruas pode ser parado e revistado em uma ação policial rotineira ou especial. No estado de São Paulo, por exemplo, a Polícia Militar realiza quase 10 milhões de revistas pessoais por ano. Mas é importante lembrar que a tensão já estabelecida entre cidadãos e policiais se reflete nas abordagens cotidianas. No caso dos jovens, essa tensão acaba reforçando uma ideia preconcebida de eles serem "suspeitos potenciais", portanto mais suscetíveis às abordagens. E o policial, do ponto de vista do jovem, considerado "perseguidor".

Durante a abordagem, as ideias e expectativas tanto do policial quanto da população podem ou não se confirmar, e é a experiência concreta que consolidará o preconceito. Por isso, a polícia deve se preocupar com a qualidade desses encontros, que podem servir para a melhoria da sua imagem, das suas relações com a sociedade, ou, ao contrário, reforçar uma imagem negativa ligada à ineficiência e ao desrespeito.

Assim, o treinamento dos policiais é fundamental para padronizar comportamentos, evitar desvios e abusos. Além disso, uma boa abordagem pode contribuir para a confiança do cidadão na polícia. A abordagem feita corretamente, com ordens bem definidas, facilita esse encontro. Por isso, muitas polícias atualmente têm procurado determinar procedimentos operacionais, conhecidos como procedimentos operacionais padrão (POPs) que devem ser seguidos por todos os seus integrantes. Esses procedimentos incluem técnicas de abordagem e pretendem, como já foi dito, coibir abusos e garantir a segurança do abordado e de quem aborda.

Acima de tudo, o policial deve estar consciente de que uma abordagem sempre causará constrangimento. Nenhuma pessoa sente-se feliz por ter sido parada ou por ter despertado suspeita. Porém, esse encontro pode ser menos traumático se for pautado pelo respeito mútuo.

A polícia, que representa o Estado, tem seu papel e determinadas responsabilidades a cumprir, que podem ser melhorados quanto mais bem treinados e preparados forem os policiais. Mas a população também pode colaborar. Quando o cidadão não obedece uma ordem – como ficar de costas ou colocar a mão na cabeça – desperta o sinal de alerta no policial e a situação passa a ser vista como ameaçadora. Na medida em que a população conhece seus direitos e entende as razões e os procedimentos de uma abordagem policial, ela passa a ser mais receptiva.

Atenção!

Quando um policial aborda um jovem na rua, essa pode ser a única vez em que os dois se encontrarão, mas dependendo de como a abordagem é feita, pode gerar marcas, traumas e consequências que vão influenciar a visão dos jovens sobre toda a polícia e a concepção da polícia sobre todos os jovens. Por isso, é um momento que, mesmo rápido, precisa ser muito bem realizado. A abordagem é o "cartão de visitas" da polícia.

Além da abordagem, existem outras situações em que as forças de segurança podem estar em contato com a juventude. Abaixo, selecionamos duas situações que são bastante comuns e podem se configurar como excelentes oportunidades para que a polícia desenvolva um trabalho diferenciado com os jovens, e certamente terá resultados na prevenção da violência.

Na Escola

Casos de depredações, agressões físicas e verbais são frequentes nas escolas do país. Muitas vezes, mesmo que não se trate de ocorrências que exijam de fato a presença de um policial na escola, ele é chamado para resolver os conflitos, e os limites de sua atuação e da autoridade escolar ficam confusos. Quando um diretor chama a polícia para colocar "ordem e disciplina" dentro da escola, isso pode contribuir para aumentar a confusão de papéis.

A escola não é o único, mas é o espaço mais importante do processo educativo. Ela não está isolada da sociedade, faz parte da comunidade e por ela passam seus problemas. Tem como responsabilidade, além da educação formal, capacitar os estudantes e todos os envolvidos, como professores, funcionários e familiares, a lidar com os conflitos de maneira não violenta, formando cidadãos cientes de seus direitos e deveres. Por seu papel educativo, e também por ser, de certa forma, um espaço de convivência de diversos grupos, revela-se importante na prevenção da violência.

A violência que ocorre no âmbito da escola tem repercussão direta na socialização dos jovens. Uma vez que se pretende uma instituição policial próxima dos jovens, não há como excluí-la do ambiente escolar. Entretanto, quando falamos de ações policiais na escola, é fundamental destacar que ações centradas somente no policiamento das instituições escolares não são suficientes. Os policiais que atuam nas escolas começam a fazer parte da vida cotidiana local, o que possibilita seu acesso a informações privilegiadas e os converte em mediadores de situações de conflitos. Por isso, é preciso que saibam aproveitar esse potencial e vejam essa situação como uma oportunidade de atuação conjunta com a escola e a juventude.

As instituições policiais devem ser parceiras da escola, mas não quer dizer que devam assumir o papel de protagonistas da educação ou entrar em ação sempre que ocorrer um conflito, pois esse é o papel dos professores, diretores e coordenadores. Os policiais podem construir, em conjunto com os funcionários da escola, programas que tenham um enfoque educativo na prevenção de agressões e brigas entre jovens, na redução da violência juvenil e na construção de um ambiente mais seguro.

A perspectiva de trabalho nas ruas é bem diferente da atuação no ambiente escolar e a polícia deve estar preparada para lidar com a juventude. Hoje, há diversos programas de atuação da polícia nas escolas, porém poucas ações estão voltadas especificamente para os jovens. Muitas lidam com crianças ou adolescentes. Para que uma ação policial preventiva na escola, com foco no público jovem, tenha sucesso, é preciso que a polícia conheça esse jovem, sua linguagem, seu perfil e seus interesses. A partir daí, fica mais fácil se aproximar. Também é muito importante que a direção, a coordenação, os professores e demais funcionários da escola participem desse movimento de aproximação, atuando como mediadores da relação.

Na Comunidade

Os jovens, por conta de sua necessidade de construir sua identidade e sociabilizar, são os que mais ocupam os espaços públicos e passam mais tempo fora de casa. A já mencionada pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que os jovens participam de diversas atividades coletivas – desde práticas esportivas, grupos musicais, religiosos, associações de moradores e projetos sociais. Sendo assim, conhecer e aproximar-se desses grupos pode ser estratégico para pensar em ações conjuntas que não só mudem a relação entre juventude e polícia naquela comunidade, como também garantam maior segurança para os jovens.

Outro caminho é conhecer as instituições que trabalham com jovens na comunidade. Os gestores e todos os profissionais que lidam diretamente com a juventude são uma boa ponte para mediar a tensão existente e possibilitar essa aproximação.

A legitimidade da polícia, particularmente aquela decorrente do tratamento dispensado aos cidadãos, contribui para a prevenção do crime e da violência. Assim, a polícia deve participar da vida comunitária e isso significa também se envolver com os jovens, conhecer suas demandas e pensar em ações conjuntas. Existe ainda um caráter simbólico nesse esforço pela proximidade, que é mostrar que naquela comunidade existe um desejo de estabelecer uma relação diferente entre a polícia e os cidadãos, pautada pela confiança e pelo respeito.

A Juventude Aproxima-se da Polícia

Dificilmente os jovens chegam à polícia por vontade própria. Além de medo e desconfiança, sentem receio de ser associados a delatores caso estejam realizando alguma ação em conjunto com policiais ou guardas. Por isso, os profissionais que atuam com a juventude têm um papel central na aproximação desses dois públicos.

É importante que os adultos que são referência para o jovem (gestor de projeto, educador, professor) reconheçam os benefícios desse encontro e sejam proativos. Os jovens têm preconceito contra os policiais, e os policiais também têm preconceito contra os jovens. A partir do momento em que eles se conhecem, canais de diálogo são abertos e a hostilidade entre os dois grupos fica reduzida significativamente.

Um bom caminho é possibilitar que os jovens conheçam o trabalho policial. Em algumas localidades onde a polícia já tem uma disposição a trabalhar em parceria com a comunidade, é possível ver batalhões da polícia militar ou delegacias da polícia civil recebendo a visitação de grupos. Durante as visitas, os jovens podem tirar suas dúvidas, além de ter a liberdade de se expressar e contar histórias de abusos sofridos durante abordagens policiais. Os policiais, por sua vez, podem explicar o passo a passo do processo, orientando os jovens sobre como proceder em tais momentos, e a quem recorrer em caso de abusos. Essa ação permite uma aproximação e um conhecimento sobre a instituição que, muitas vezes, poucas pessoas têm.

Atenção!

Para isso, muitas vezes é importante fazer um contato institucional: a coordenação do projeto, ou da instituição, marca uma visita com o policial responsável pelo policiamento na área, apresenta o seu projeto e as demandas dos jovens. Essa é uma forma também de estreitar os laços entre o projeto e a polícia.

Em muitos projetos que lidam com jovens, a própria equipe (educadores, coordenadores) se sente despreparada para fazer essa aproximação, seja porque também tem preconceitos em relação à polícia, porque desconhece o funcionamento da instituição ou porque de fato vivenciou experiências negativas de aproximação.

É importante, então, que nesses projetos se faça um trabalho para que os profissionais conheçam a polícia e a guarda, entendam seu papel e funcionamento, conheçam os mecanismos de denúncia e participação (como os conselhos comunitários de segurança), para que estejam mais preparados para fazer a mediação da relação entre policiais e jovens. Isso não significa ignorar os problemas que existem nessa relação, mas ter ferramentas para conseguir superá-los.

É preciso estimular, em projetos e ações com foco no público jovem, a discussão sobre a polícia que temos e a polícia que queremos, conversar mais abertamente sobre abusos sofridos, medos, anseios, funções e responsabilidades da polícia e as formas de ajudar a construir uma instituição melhor. Isso ajuda a formar cidadãos mais conscientes e participativos.

Sugestões de Aproximação Entre Polícia e Juventude

Depois de termos apontado caminhos para que policiais e guardas aproveitem os momentos de contato com os jovens para reduzir a distância entre eles, precisamos pensar em como isso pode acontecer na prática. Ainda que existam poucas ações sendo realizadas no país, seus impactos e resultados mostram que todos saem ganhando quando se faz um trabalho para rediscutir e mudar essa relação.

Citaremos experiências que mostram maneiras de reconstruir laços de confiança, transparência e integração por meio da promoção de atividades coletivas e da sensibilização e da conscientização sobre o papel dos agentes de segurança e das especificidades relacionadas à juventude. Essas experiências têm em comum a busca pela redução de situações de violência envolvendo jovens e agentes de segurança pública.

O objetivo não é receitar fórmulas, mas inspirar novas ideias e iniciativas, adequadas à realidade local e ao perfil dos jovens. Afinal, as demandas e as necessidades deles são diferentes em cada localidade.

Atenção!

O importante é ter a capacidade de fazer algo em conjunto. E pensar em: como policiais podem atuar no que não conhecem? Como jovens podem conhecer as características do trabalho policial? Então, é preciso começar do início, e um bom começo é o diagnóstico da situação: Quem são as pessoas das quais queremos nos aproximar? O que é importante fazer de fato? Qual a linguagem ideal para usar com aquele grupo? Qual o resultado que você pretende alcançar?

Ações com Cultura

A arte contribui para que o jovem tenha canais de expressão individual e no grupo ao qual pertence. Por isso, a cultura é uma boa linguagem para conversar com o jovem. Os policiais costumam ver trabalhos que utilizam a capoeira, a música, a dança, como destoantes da função policial, mas muitas vezes essas são as formas de conseguir romper as barreiras e se aproximar do universo juvenil. Isso não significa que o policial vá se transformar em um *rapper*, um grafiteiro ou um dançarino, e deixará de lado todas as suas atribuições e responsabilidades de policial. Pelo contrário: significa que ele vai potencializar seu trabalho de policial, empregando para isso formas mais criativas de se aproximar dos jovens.

Grafite na Base

O Jardim Ranieri é um bairro do Jardim Ângela, distrito da zona sul de São Paulo, com graves problemas de vulnerabilidade juvenil. Como é comum nas periferias, a relação entre policiais e jovens é tensa. Desde 1999 o Jardim Ranieri conta com uma Base Comunitária de Segurança, que desenvolve diversas ações de aproximação com a comunidade. Entre essas ações está o projeto Grafite no Canteiro idealizado e realizado pelos policiais da Base Comunitária, uma iniciativa para se aproximar dos jovens e construir uma relação de confiança por meio da valorização do grafite.

O projeto culminou num evento organizado por grupos de jovens grafiteiros e pelos policiais, que definiram juntos os temas para as intervenções. Comerciantes da região doaram os materiais, os grupos grafitaram o canteiro em frente da Base e, no final, policiais e grafiteiros confraternizaram juntos, mostrando aos moradores sua disposição de superar o distanciamento.

Picasso Não Pichava

Preocupado em prevenir a formação de gangues para a pichação, o governo do Distrito Federal elaborou este programa. Vinculado à Secretaria de Infância e Juventude, tem como objetivo trabalhar as linguagens do universo jovem. Há oficinas de *break*, capoeira, serigrafia, cinema, violão, artesanato e educação ambiental. Os jovens conhecem o projeto em palestras ministradas por policiais nos colégios e 60% do corpo de educadores é composto por policiais civis e militares. Os jovens chegam a realizar trabalhos de pinturas de reestruturação de hospitais, escolas e outros.
Até o final do ano de 2009, o projeto teve a participação de 1.200 jovens.

Leia mais:
http://www.ssp.df.gov.br

Juventude e Polícia

O projeto é coordenado pelo Grupo Cultural Afro Reggae e pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais e o Programa Fica Vivo, da Secretaria de Defesa Social. O projeto piloto foi implementado em Belo Horizonte para romper as imagens estigmatizadas que os jovens têm da polícia e vice-versa, a partir da cultura e da arte. Após o treinamento de policiais em percussão, grafite, *street dance* e teatro – para que eles fossem capacitados a trabalhar diretamente com os jovens –, o projeto foi implementado em dois batalhões de polícia da capital durante uma semana por mês. No final de cada semana realizava-se um encontro de encerramento, em que os policiais socializavam o que haviam aprendido nos *workshops*. A partir daí foi criada uma banda de policias que hoje se apresenta em situações diversas.

O próximo passo foi possibilitar aos policiais desenvolver relações de intercâmbio com jovens de aglomerados de Belo Horizonte, utilizando os mesmos instrumentos e recursos simbólicos da fase inicial.

Essa ação influencia práticas policiais do país todo por ser capaz de reduzir a distância entre jovens e policiais por meio de iniciativas culturais, bem como contribuir para a mudança de atitudes que predominam na relação polícia-juventude.

Vale assistir!

Polícia Mineira (documentário). Diretor: Estevão Ciavatta. Produção: Pindorama Filmes e AfroReggae, co-produção CESeC.

O filme coloca em contato jovens negros da periferia com policiais militares. Os jovens do AfroReggae narram a policiais histórias entre a polícia e os traficantes no Rio de Janeiro. De outro lado, os policiais militares de Minas Gerais narram técnicas e estratégias utilizadas na segurança de Belo Horizonte. As cenas de convívio entre essas "tribos" foram registradas em 90 horas de gravação que resultaram em um documentário de 53 minutos.

Ações na Escola

A escola é um lugar privilegiado para a atuação policial. Existe uma grande concentração de jovens escola e, por se tratar de um ambiente de aprendizado, é um excelente lugar para rediscutir valores e atitudes tanto com os jovens quanto com todo o corpo escolar.

Projeto Ensinando e Aprendendo

Buscando reduzir as ocorrências de violência no ambiente escolar – brigas entre os estudantes, ameaças a professores e funcionários –, policiais da Ronda Escolar de Santo André (SP) criaram, em 2005, o projeto Ensinando e Aprendendo. A iniciativa promove palestras e a exibição de vídeos nas escolas da cidade, abordando os temas da prevenção do uso de drogas, danos causados pelas armas de fogo, violência de modo geral e sobre o funcionamento da Polícia Militar. No final das apresentações, os policiais conduzem debates e propõem que os alunos elaborem uma redação. Nesse trabalho, em vez de utilizar uma linguagem muito técnica, sóbria e distante da realidade dos alunos, os policiais incorporam as músicas, o jeito de falar e as referências do universo juvenil. Assim, ganham a confiança dos estudantes e demonstram que a aproximação entre polícia e juventude é possível.

Papo de Responsa

Policiais civis do município do Rio de Janeiro, em parceria com o Afroreggae, preocupados em fazer algo além da repressão, idealizaram o projeto Papo de Responsa. Um policial e um ex-criminoso percorrem as escolas promovendo encontros com jovens com o objetivo de quebrar estereótipos e paradigmas. Busca-se mostrar, pelo depoimento franco dos dois, que nem todo policial é corrupto ou truculento, assim como nem toda pessoa que cometeu algum delito ou crime é necessariamente um ser violento. O papo não tem como missão a realização de palestras sobre leis, direitos e deveres. Tem como objetivo reconstruir e reformular cada ser por meio do exercício de pensar, compartilhando informações e trocando experiências para que os jovens escolham seus caminhos de maneira consciente.

Leia mais:
http://www.papoderesponsa.com.br

Ronda Cultural

Inspirados no projeto Juventude e Polícia, realizado em Minas Gerais, policiais militares do Ceará resolveram adaptá-lo à realidade local e colocá-lo em prática numa parceria com a Central Única de Favelas (Cufa). O projeto começou com uma palestra para 600 policiais a fim de explicar o projeto e convocar voluntários. Os policiais voluntários participaram de um treinamento na Cufa para aprender a cultura de rua, o *hip-hop* e as técnicas de construção das letras do rap.

A ênfase do projeto é utilizar a simbologia do policial (uma viatura caracterizada com grafite e caixa de som que vai até as comunidades para levar cultura) e a simbologia do jovem do Ceará (o *hip-hop*) para permitir a aproximação entre os dois públicos. O projeto está em período de testes nas escolas.

Formação de Grêmios Estudantis

No município de Varginha (MG), a Guarda Municipal, que também atua junto às escolas, foi capacitada para estimular que adolescentes e jovens formassem grêmios estudantis. Depois de passar por uma formação conceitual sobre o assunto, os guardas realizaram oficinas nas escolas, onde conversaram com os alunos sobre democracia, cidadania, participação e explicaram o processo de constituição e gestão de um grêmio na escola. A experiência, além de contribuir para que as escolas sejam espaços de participação e democracia, contribuiu para uma a nova relação entre guardas, alunos e os profissionais que atuam na escola.

Ações Para que a Juventude Conheça a Instituição Policial

O conhecimento do trabalho policial é essencial para se conseguir uma aproximação da instituição com a juventude. O que ela faz, como se divide, o que faz parte do seu trabalho, etc. Essa pode ser uma boa sugestão para aproximar e quebrar preconceitos.

Oficinas Agente Jovem

O Instituto Sou da Paz, com o objetivo de aproximar jovens e policiais, buscando a compreensão mútua e a quebra de preconceitos, criou o Ciclo de Oficinas Agente Jovem. Os jovens (ligados a um projeto da Prefeitura de São Paulo, o Agente Jovem) passaram por oficinas que discutiam o papel dos agentes públicos de segurança, a violência doméstica e abordagem policial. No final, os participantes puderam vivenciar na prática o conteúdo das aulas sobre agentes de segurança e abordagem policial.
Por meio das oficinas, ficaram evidentes a curiosidade e certo preconceito dos jovens em relação ao trabalho da polícia. Surgiu então a ideia de levar esses jovens para conhecer de perto uma Companhia da Polícia Militar.

Durante as visitas os jovens tiraram suas dúvidas num clima descontraído. Os policiais, por sua vez, explicaram o passo a passo de uma abordagem policial, orientando os jovens sobre como proceder e a quem recorrer em casos de abusos. "Em 23 anos de Polícia Militar é a primeira vez que recebemos jovens para dialogar", comentou à época o Comandante de uma das Companhias visitadas.

Recomendações Gerais

A partir das experiências existentes e do que foi abordado nesta cartilha, seguem recomendações gerais que podem orientar a aproximação dos jovens e dos agentes de segurança pública.

Formação dos Agentes de Segurança Pública

O investimento na formação dos agentes de segurança pública (policiais e guardas) é essencial para aperfeiçoar seu trabalho, melhorando o atendimento e a relação com a população. A polícia e as guardas são um reflexo da nossa sociedade, mas como agentes do Estado não podem orientar sua atuação com base nos preconceitos e estigmas que vigoram no país. É preciso que os agentes sejam preparados para evitar atitudes discriminatórias e excludentes.

Hoje, o PRONASCI, por meio do projeto Bolsa-Formação, oferece diversos cursos de educação e formação continuada para policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários e carcerários, peritos e guardas municipais. Os cursos abrangem temas como abordagem policial, atuação frente aos grupos vulneráveis, direitos humanos e mediação de conflitos. No entanto, não há um curso que trate especificamente da juventude.

Acreditamos que as capacitações sugeridas aqui podem acontecer nas escolas de formação, em cursos e reciclagens pontuais e também no dia a dia dos policiais e guardas, com a criação de ambientes onde eles se sintam encorajados a desenvolver ações de aproximação com a comunidade e mais especificamente com a juventude.

Sugestões:

- Incluir, nas escolas de formação de policiais e guardas, disciplinas que permitam entender e conhecer a juventude a fim de aprofundar os conhecimentos sobre os desafios próprios dessa fase da vida e superar preconceitos.
- Incluir, nos momentos de formação, visitas a projetos que trabalham com jovens, buscando abrir canais de diálogo e modificar a percepção da polícia sobre a juventude.
- Aperfeiçoar e uniformizar procedimentos operacionais das polícias e guardas, visando reduzir desvios de conduta e preparando os profissionais para, mesmo diante de situações imprevistas, tomar decisões pautadas no respeito aos direitos dos cidadãos e na garantia da segurança de todas as partes.
- Disseminar os procedimentos e monitorar sua adoção.
- Valorizar e incentivar, nas corporações, o trabalho de aproximação com a comunidade e sobretudo com os jovens.

Mediação entre Polícia e Juventude

Como dissemos, os profissionais que atuam com jovens têm um papel relevante de mediação da relação entre a juventude e os agentes de segurança pública. Para que essa mediação aconteça, os profissionais precisam estar preparados.

Sugestões:

- Incluir a temática da segurança pública e do papel das polícias nas formações e capacitações de profissionais que lidam com a juventude, permitindo uma contextualização histórica das corporações, disseminando suas atribuições e mecanismos de controle e participação.
- Estimular a participação desses profissionais em espaços de discussão sobre segurança pública, como conselhos comunitários de segurança.
- Estimular, em projetos com a juventude, a discussão sobre a relação com a polícia e formas de aperfeiçoá-la.
- Promover uma aproximação institucional entre o projeto ou a escola e a polícia, para identificar desafios e desenvolver projetos comuns.
- Promover visitas a batalhões e delegacias para que os jovens possam dialogar e conhecer melhor o trabalho da polícia.

Saiba mais

Sobre juventude, violência e segurança pública:

- *Afinal, o Que é Segurança Pública*. Fernanda Emy Matsuda, Mariângela Graciano e Fernanda Castro Fernandes de Oliveira. Ed. Global, 2009
- *Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Silvia Ramos e Leonarda Musumeci. Civilização Brasileira, 2005
- *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Miriam Abramovay. UNESCO, 1999
- *IVJ-Violência e Exposição da juventude à violência.* Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação – Eixo 1. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009
  Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br
- *Juventude e Polícia*. Silvia Ramos. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 12, out. 2006
  Disponível em http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/boletim12.pdf
- *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Jorge Abrahão de Castro e Luseni Aquino. IPEA, Brasília, 2008
  Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf
- *Sistematização de Projetos de Prevenção da Violência entre Jovens.* Relatório de Pesquisa. Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação - Eixo 2. ILANUD, 2010
  Disponível em: http://www.ilanud.org.br

Sobre polícia e segurança pública:

- Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). 2004
  Disponível em: http://www.dhnet.org.br/redebrasil/executivo/nacional/susp_arquitetura.htm
- *Polícia Civil e Militar: O Policiamento Que a Sociedade Deseja*. Nancy Cardia (coordenadora). USP- NEV, 2003
  Disponível em: http://www.nevusp.org/downloads/down041.pdf
- *Policiamento Comunitário e Controle sobre a Polícia: a experiência norte-americana*. Theodomiro Dias Neto. IBCCRIM, 2000

- *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Marcos Rolim. Jorge Zahar, 2006
- *Velha e Nova Polícia: polícia e políticas de segurança pública no Brasil*. Túlio Kahn. Ed. Sicurezza, 2003

Conheça também estes *websites:*

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Reúne notícias, artigos, boas práticas e outros materiais sobre segurança pública.
  http://www.forumseguranca.org.br
- Portal da Juventude. Apresenta o Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), notícias e documentos relacionados ao Conselho e à juventude.
  http://www.juventude.gov.br/
- Prêmio Polícia Cidadã. Blog do projeto Prêmio Polícia Cidadã, que identifica e premia boas práticas policiais. Em suas edições, já foram premiadas diversas iniciativas de aproximação entre polícia e juventude.
  http://www.soudapaz.org/premiopoliciacidada
- PRONASCI. Apresenta as ações do Programa e notícias sobre sua implementação.
  http://portal.mj.gov.br/pronasci/

Créditos e Ficha técnica

Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação

Ministério da Justiça

Ministro: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Secretário-Executivo: Rafael Thomaz Favetti
Secretário Nacional de Segurança Pública: Ricardo Brisolla Balestreri
Secretário Executivo do Pronasci: Ronaldo Teixeira da Silva
Secretário Nacional de Justiça: Romeu Tuma Júnior
Secretário de Reforma do Judiciário: Rogério Favreto
Secretário de Assuntos Legislativos: Pedro Vieira Abramovay
Secretária de Direito Econômico: Mariana Tavares de Araújo

Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Diretor: Alexandre Augusto Aragon
Coordenação-Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública: Cristina Gross Villanova / Suelen Sales (Gerente de Projetos)

Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Diretora: Juliana Márcia Barroso
Coordenação-Geral de Pesquisa: Luciane Patrício

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Presidente do Conselho de Administração: Jésus Trindade Barreto Jr.
Conselho de Administração: Elizabeth Leeds - Presidente de Honra / Denis Mizne / Humberto Vianna / Jacqueline Muniz / Jésus Trindade Barreto Jr. / José Luiz Ratton Jr. / José Marcelo Zacchi / José Vicente Tavares dos Santos / Kátia Alves / Luciene Magalhães de Albuquerque / Luís Flávio Sapori / Renato Vieira de Souza / Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa / Sérgio Roberto de Abreu / Silvia Ramos / Wilson Batista
Secretário Geral: Renato Sérgio de Lima

Equipe do Projeto

Coordenadora: Claudia Guazzelli Charoux
Assistente: Vanessa Abdo Benaderet
Estagiária: Natalia de Oliveira Romano

Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação
Reinaldo Chaves Gomes (PRONASCI/ MJ) / Marcelo Ottoni Durante (UFV) / Claudio Bandel Tusco (MJ)/ Isabel Figueiredo (MJ) / Helder Ferreira (IPEA) / Renato Sérgio de Lima (FBSP) / Paula Miraglia (ILANUD)

Supervisão e Coordenação Geral do Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação
Renato Sérgio de Lima / Denis Mizne / Melina Risso / Paula Miraglia

Instituto Sou da Paz
Diretor executivo: Denis Mizne
Diretora de desenvolvimento institucional: Melina Risso
Coordenadora da área de adolescência e juventude: Mônica Zagallo Camargo
Coordenadora da área de sistematização, informação e referência: Ligia Rechenberg

Agradecimentos
Daniele Barros Duarte
Luciana Guimarães

Ficha Técnica

Supervisão e Coordenação Geral: Reinaldo Chaves Gomes

Polícia e juventude
Coordenação: Ligia Rechenberg e Mônica Zagallo
Redação: Terine Husek Coelho
Consultoria: Capitão Fem. PMESP Tânia Pinc
Revisão: Solange Martins
Edição de Arte: URBANIA
Tiragem: 1800 exemplares
Data: Maio/2010

Parceiro Responsável

INSTITUTO SOU DA PAZ

Polícia
e juventude

02

As polícias e as guardas têm um papel imprescindível na garantia do direito dos cidadãos à segurança pública. Nos últimos anos, tais profissionais vêm repensando esse papel, dando força à concepção de que a aproximação com a comunidade é um passo essencial para a prevenção da violência.

No entanto, pouco se tem avançado no que diz respeito à aproximação desses profissionais com a juventude. A relação entre os dois grupos é muitas vezes conflituosa e marcada por estereótipos. Assim, é preciso estimular que policiais e guardas conheçam, se aproximem, interajam e desenvolvam ações específicas com jovens, seja repensando suas próprias ações e atitudes, seja se inspirando em outras experiências; de outro modo, suscitar entre aqueles que trabalham com os jovens uma discussão sobre como transformar a relação entre os grupos.